

Congresso pode ficar sem recesso

Deputados e senadores poderão ser obrigados a abrir mão do recesso parlamentar de julho, para dedicarem-se à votação dos projetos de lei enviados pelo presidente Fernando Collor ao Congresso. Esta possibilidade foi levantada ontem pelo líder do Governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE). "Estou vendo as coisas se complicando", disse Maciel, certo de que os projetos sobre política salarial e custeio e benefícios da Previdência vão provocar muita polêmica, e dificilmente serão apreciados em menos de 60 dias.

O Governo não tem pressa para chegar a um acordo com os parlamentares. Depois de ter sido desautorizado pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, a dar início às negociações, Maciel, magoado, preferiu evitar o assunto, ontem. No início da semana, ele admitira um entendimento para a reindexação salarial até a faixa dos três salários mínimos. "O compromisso do Governo é com o salário mínimo. Acima disso, o Governo quer a livre negociação", recuou depois o líder, constrangido.

Sem indexação — No primeiro dia de tramitação dos projetos de lei do Executivo para viabilizar o Projeto de Reconstrução Nacional, o **Projeto**, do presidente Collor, líderes governistas no Congresso já confirmaram que a proposta não admite a indexação de mais de um salário mínimo. O líder do Governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), disse que a indexação sempre prejudicou o trabalhador nos últimos 20 anos e que, agora, "o Governo vai forçar a livre negociação, até como forma de distribuição de renda".

Já o líder do PMDB em exercí-

cio, Germano Righotto (RS), subiu à tribuna para protestar contra a intransigência do Governo e acusá-lo de tentar impedir as negociações. Para Righotto, o fato de o ministro Passarinho ter desautorizado o líder do Governo vai dificultar as negociações. "O Governo está fechando a porta do entendimento", avaliou Righotto, prevendo uma radicalização dos partidos de oposição. "Podemos até ceder, mas dentro de um entendimento", disse. O PMDB pretende levar ao fórum a proposta de reajustar automaticamente as faixas até dez salários mínimos toda vez que a inflação atingir dez por cento.

Humberto Souto garante que o Governo não está criando impedimentos, mas só afirmando que a indexação é prejudicial e que gostaria que o Congresso tivesse, também, esta visão. Disse que o Fórum de Entendimento vai promover uma discussão "exaustiva" sobre o assunto e que, hoje, não admite "antecipar hipóteses". O importante, na opinião do líder, é que os parlamentares desarmem o espírito e sentem-se à mesa para conversar. "Não queremos prejudicar os trabalhadores, nem beneficiar empresas", afirmou. Quanto à livre negociação Souto informou já ser consenso. "Indexação é coisa para país subdesenvolvido", argumentou.

O líder do PRN, senador Ney Maranhão (PE), foi mais objetivo e afirmou que o Governo não vai ceder, embora insista que está dando provas de que deseja o entendimento quando não edita medidas provisórias. Quanto ao prazo para discussão, Maciel e Souto não vêem problemas. O senador acha que o prazo de urgência, 45 dias, tanto pode aden-

trar o recesso de julho como ser adiado ou até prorrogado. Souto ironizou: "Reclamavam que o Governo não enviava projetos de lei, agora reclamam que são muitos".

A estratégia do Governo, segundo Marco Maciel, é esperar pela apresentação de emendas aos projetos de lei, para depois lançar uma contraproposta à oposição. Os projetos começam a ser discutidos oficialmente no Fórum Nacional de Debates do Congresso, na próxima terça-feira.

Complexidade — O fato é que alguns projetos, além de polêmicos, são complexos. O da política salarial envolve mais de cem artigos da CLT e o da Lei de Propriedade Industrial está distribuído em 223 artigos, para serem analisados e discutidos em 45 dias. "Se o entendimento não evolui, o projeto não é aprovado, e a responsabilidade fica toda com o Congresso", reagiu Righotto.

Ele lembrou que além da política salarial estão a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência e o Código de Propriedade Industrial. O quinto projeto estabelece o exame psicotécnico para o ingresso na Polícia Militar. A sexta e última proposta deverá chegar ao Congresso na próxima terça-feira e deverá tratar sobre os salários do funcionalismo público civil e militar. Germano Righotto adiantou que o líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), vai distribuir a bancada em comissões para analisar todas as propostas, a partir da próxima semana, e que este deverá ser o mesmo procedimento dos demais partidos no fórum.